

movimento unitário dos trabalhadores intelectuais para a defesa da revolução

MANIFESTO

Como linhas programáticas essenciais constantes da plataforma aprovada antes da formação do VI Governo Provisório, confirmadas pelo seu Primeiro-Ministro, Almirante Pinheiro de Azevedo, no seu acto de posse, são de salientar: o combate às actividades contra-revolucionárias, a defesa da ordem democrática, a garantia do exercício das liberdades em todo o território nacional e a consolidação das grandes conquistas da revolução, como as nacionalizações e a reforma agrária.

Prevemos todavia para este Governo, e pela própria natureza da sua composição, grandes dificuldades na prossecução dos objectivos acima referidos, certo e sabido que ele terá de arrostar, em todas as frentes, com a ofensiva da contra-revolução. Impossível que não surjam no seio do VI Governo contradições graves que, naturalmente, se refletirão no desenvolvimento do processo revolucionário. Trata-se de um Governo onde estão largamente representadas forças comprovadamente contra-revolucionárias.

Conscientes das referidas contradições do processo revolucionário português e após análise e reflexão acerca dos perigos que o ameaçam, entenderam os intelectuais portugueses que subscrevem este Manifesto formar o MOVIMENTO UNITÁRIO DOS TRABALHADORES INTELECTUAIS PARA A DEFESA DA REVOLUÇÃO, cujos objectivos imediatos precisam nos seguintes pontos:

1. A defesa intransigente das conquistas da Revolução, nomeadamente as nacionalizações e a Reforma Agrária, que obviamente não poderão consolidar-se sem o controlo da produção pelos próprios trabalhadores;
2. A defesa das liberdades fundamentais da pessoa humana, tal como se acham consignadas na Carta das Nações Unidas, de modo a evitar-se que, em quaisquer circunstâncias, elas sejam ameaçadas;
3. O repúdio absoluto da Social-democracia, na medida em que este sistema político mais não é do que uma das formas de

que se reveste o capitalismo, a exploração do homem pelo homem, e ainda porque, não tendo tal esquema qualquer viabilidade prática em Portugal, mais não seria do que um trampolim para o regresso ao fascismo e à mais violenta repressão;

4.0 repúdio claro e vigoroso de todas as manobras contra-revolucionárias que, servindo-se de uma forma ou de outra da pretensa "Democracia Pluralista", possam pôr em causa as conquistas concretas da Revolução Portuguesa em direcção ao Socialismo;

5.A convicção de que a fase actual do processo revolucionário em curso não consente por muito tempo a conciliação de exploradores e explorados, na medida em que:

- a) são pela repressão se pode conciliar o inconciliável;
- b) a eventual repressão tem já tendência a ser contra as classes trabalhadoras e as mais desfavorecidas; pelo que,
- c) a repressão contra-revolucionária devem os trabalhadores responder com a violência revolucionária;

6.A institucionalização da Vigilância Popular em organismos unitários e nacionais para a defesa da Revolução;

7. O reforço do Poder Popular, através de todas as suas organizações criadas e a criar, nas quais este Movimento entende dever enquadrar-se.

Vivemos uma Revolução com a qual têm tudo a ganhar, desde logo, os trabalhadores no caminho da sua liberdade, o socialismo. Mas por isso mesmo, aqueles sectores sociais, tais como a pequena burguesia e muitos sectores da média burguesia, com ela também se libertam dos maiores exploradores do país que igualmente os oprimem.

Pelo exposto, concluímos que, na actual fase do processo revolucionário, se deverá apontar, decidida e decisivamente para a luta de classes - definida esta no momento actual pela intransigente oposição ao monopolismo e ao imperialismo - e isto através da indispensável unidade de todas as forças consequentemente progressistas e do reforço crescente dos órgãos do Poder Popular a todos os níveis: operários, camponeses, pescadores, soldados, marinheiros e outros trabalhadores, entre os quais nos incluimos.

ASSEMBLEIAS ABERTAS À POPULAÇÃO

Todas as terças-feiras, às 21.30 h

na Sociedade Nacional de Belas Artes - R. Barata Salgueiro